

FMI teme deterioração no ambiente financeiro

De Washington

O relatório "Perspectivas para a Economia Mundial" (World Economic Outlook) do Fundo Monetário Internacional diz em seu capítulo sobre a América Latina: "(...) o crescimento deve aumentar em 2004, embora a perspectiva continue vulnerável a uma deterioração no ambiente financeiro global ou escorregões da política econômica doméstica que reduzam a confiança dos investidores".

É desanimador para a América Latina, depois de mais de uma década de reformas, ainda ser vista como uma região vulnerável a qualquer mudança no cenário internacional. As reformas da última década foram insuficientes para proporcionar altas taxas de crescimento econômico e reduzir expressivamente a proporção de pobres nas sociedades latino-americanas. O economista-chefe do FMI apontou a maior vulnerabilidade brasileira, o alto

endividamento público, que está em torno de 80% se considerados critérios brutos.

O FMI nota no relatório que há uma crescente impaciência entre os latino-americanos, que opõem reformas para manter a estabilidade macroeconômica aos gastos sociais para alívio da pobreza. Nos últimos dois anos, países como Bolívia, Equador e Argentina passaram por convulsões sociais que derrubaram presidentes adeptos das políticas fa-

vorecidas pelo mercado em favor de chefes de Estado que, pelo menos na retórica, pretendem privilegiar gastos sociais e reduzir esforços para ganhar confiança dos investidores internacionais.

Como resolver esse crescente descompasso numa região em que as reformas não conseguiram criar níveis mais altos de crescimento econômico que possibilitem reduzir a grande desigualdade social? A diretora-gerente em exercício do FMI, Anne Krueger, é adepta da teoria de que o problema na América Latina foi a falta de reformas e sua realização pela metade, e que a resposta para reduzir a vulnerabilidade e aumentar o crescimento econômico é "mais do mesmo", ou seja, fazer reformas fiscais e previdenciárias realmente eficazes, gerar superávits primários para reduzir a proporção da dívida pública em relação ao PIB, desafogando as economias da competição desigual pelo crédito dos governos, que sugam os recursos disponíveis da poupança interna dos países.

No caso brasileiro, os últimos anos têm sido de pagamento da conta da estabilização monetária. Os primeiros anos do Plano Real foram de substituição do ajuste fiscal necessário por endividamento público. Enquanto não cair o percentual de dívida pública em relação ao PIB, o país vai continuar sendo visto como vulnerável a cenários de instabilidade externa.

O início do governo Lula, com os elevados superávits primários, está conseguindo reduzir, embora de maneira lenta, essa proporção. Simulações feitas pelo FMI e apresentadas recentemente num seminário a investidores pelo diretor-representante do Brasil no organismo, Murilo Portugal, consideram que mantendo superávit primário nos próximos anos, mesmo num cenário de "stress" do mercado financeiro, a proporção da dívida pública em relação ao PIB cairá para 60% em 2010 e, considerando o cenário mais otimista, 43%. A redução do endividamento é primordial para facilitar a queda dos juros, o aumento do crédito privado (estacionado em 27% do PIB) e a retomada de índices mais altos de crescimento sustentável.

Outra mudança que ajuda a reduzir a vulnerabilidade brasileira é o ajuste das contas externas. A necessidade de financiamento externo ainda é relevante a médio prazo, mas as condições são melhores que na década de 90. A melhor solução para esse ajuste seria aumentar expressivamente o volume de exportações, que já cresceu significativamente desde a desvalorização cambial, mas ainda não o suficiente para tornar o superávit de conta corrente um resultado estrutural e não dependente de redução de importações com a redução da atividade econômica. (T.B.)